

Título da comunicação: O Arquivo Contemporâneo e a gestão da informação do Ministério das Finanças.

Resumo:

A criação do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), em 1998, baseia-se numa política de responsabilização das instituições produtoras pela custódia, tratamento e disponibilização da sua própria documentação, muito antes da promulgação de legislação nesse sentido como o PRACE e o PREMAC.

O ACMF integra serviços de tratamento documental, microfilmagem, digitalização, sala de leitura e um depósito para guardar a documentação em suporte papel, microfilme e digital. A utilização de um centro único de transferência de suporte e guarda de documentação de valor patrimonial no Ministério das Finanças permite a racionalização de custos em recursos humanos, equipamento e espaço.

Neste sentido foram estabelecidos protocolos entre diversas direcções-gerais com vista à prestação de serviços, tais como a microfilmagem, digitalização e disponibilização de documentação considerada de valor secundário. Esta prestação de serviços tem permitido a desmaterialização de processos, a libertação de espaços físicos de arquivo por parte das entidades produtoras e um acesso mais facilitado à informação. Por outro lado, para o ACMF representa receitas próprias que garantem recursos financeiros que não seriam possíveis de obter sem onerar o orçamento da Secretaria Geral do Ministério das Finanças, de quem o ACMF depende organicamente, assegurando a criação e o desenvolvimento de serviços e recursos informacionais e tecnológicos, difíceis de obter no actual contexto económico-financeiro. Referimo-nos a verbas que no ano transacto atingiram 100.000 euros, o que nos parece significativo e verdadeiramente inovador no panorama da Administração Pública Central para a área de negócios em causa.

Em 2004, foi desenvolvida a plataforma «Arquivo e Biblioteca Digital do Ministério das Finanças», por forma a promover a divulgação e disponibilização do património documental em ambiente electrónico e obter um sistema integrado de gestão da informação do Ministério, gerindo de forma articulada as bases de dados

arquivísticas e bibliográficas existentes, num projecto inovador para a Administração Pública, com níveis de acesso diferenciado, consoante se trata dos serviços do Ministério ou do cidadão. De igual modo foi inovadora a elaboração de um Plano de Preservação Digital, aprovado em Julho de 2011 para toda a Secretaria Geral, primeiro organismo da Administração Pública a possuir este instrumento indispensável para a preservação dos suportes digitais.

O “Arquivo e Biblioteca Digital” tem estado sujeito a um processo de contínuo aperfeiçoamento, debelando as suas deficiências e provendo-se a sua actualização tecnológica, de modo a garantir e agilizar as pesquisas e a disponibilização da informação.

Assim, tem sido possível responder mais rápida e eficazmente às necessidades informacionais do cidadão, modernizando a administração pública e tornando-a mais eficaz e próxima daquele. Assistimos, hoje em dia, à significativa diminuição dos leitores presenciais na nossa sala de leitura ao invés das inúmeras consultas *on-line*. Somente 10% dos actuais utilizadores do ACMF são leitores presenciais. Também os utilizadores internos têm acesso à disponibilização da informação por via electrónica com uma notória redução dos tempos de acesso.

O sucesso revelado pelas avaliações sempre muito elevadas que os nossos clientes nos têm atribuído nos questionários que semestralmente avaliam os serviços da Secretaria Geral é demonstrativo da eficácia e eficiência do serviço que prestamos.

Temos perfeita consciência de que muito está ainda por fazer, com vista a aligeirar procedimentos, tornar as pesquisas mais simples e amigáveis e a aumentar a qualidade técnica dos produtos disponibilizados. O desafio que agora enfrentamos é, assim, de nos obrigar a melhorias contínuas no que se refere ao desempenho e qualidade.

Nota biográfica:

Ana Maria Gaspar. É licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pós-graduada em Ciências Documentais (variante Arquivo) e mestre em Arquivos e Sistemas da Informação pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Desempenha actualmente funções de chefe de divisão de Arquivos na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

Artigos e monografias de sua autoria no âmbito da história local:

- *A Greve dos Tecelões de Oeiras – 1871*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1991;

- “O Veraneio em Paço de Arcos na Passagem do Século” in *Actas do I Encontro de História Local do Concelho de Oeiras*, Lisboa, CMO, 1993;

- *A Câmara de Viana do Minho nos Finais do Antigo Regime (1750-1834)*, co-autoria, CM Viana do Castelo, 1998, 2 vols.;

- “O Lazer através das Posturas Municipais dos Concelhos de Oeiras, Lisboa e Cascais” in *Actas dos III e IV Encontros de História Local do Concelho de Oeiras*, CMO, 2000;

- “A Influência da Terra nas Elites Municipais de Oeiras em 1820”, in *Actas do VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras*, CMO, 2005;

“A Lei da Separação do Estado das Igrejas e suas implicações no concelho de Cascais” in *Carcavelos dos Cinco Sentidos*, vol. 2, 2012.